



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681299 - MG (2021/0226019-6)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : BRUNO CORREA DA SILVA  
**ADVOGADO** : BRUNO CORREA DA SILVA - MG176282  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : JORGE RODRIGUES DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JORGE RODRIGUES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* Criminal n. 1.0000.21.110456-7/000).

O paciente foi preso em flagrante, no dia 6 de novembro de 2.020, pelo suposto cometimento dos delitos previstos pelos artigos 14, *caput*, e 16, § 1º, I, da Lei n. 10.826 e 147, *caput*, do Código Penal. Após lhe ser concedida a liberdade provisória, mediante o cumprimento de medidas diversas da prisão dispostas pelo art. 319 do CPP, no dia 24 de maio de 2.021, a mãe do paciente registrou um boletim de ocorrência narrando atos de violência doméstica perpetrados pelo filho, além de mencionar ter encontrado entorpecente (maconha) nos sapatos daquele. A prisão preventiva do paciente foi então decretada.

O impetrante sustenta que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente é ilegal, pois resume-se em narrar os fatos descritos no boletim de ocorrência, deixando de apontar elementos concretos calcados nos requisitos previstos no art. 312 e 313 do CPP. Afirma também que a custódia cautelar é desproporcional e fere o princípio da homogeneidade da prisão provisória.

Requer, liminarmente, e no mérito, a concessão da ordem para restituir a liberdade do acusado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

No caso, assentou o Tribunal *a quo*, ao denegar a ordem de *habeas corpus*

(fl.57):

Verifica-se, portanto, que não há qualquer ilegalidade na r. decisão que decretou novamente a prisão preventiva do increpado, estando devidamente fundamentada, tendo em vista que Jorge Rodrigues dos Santos descumpriu as medidas que lhe foram impostas, o que, com supedâneo no artigo 282, §4º e art. 312, §1º, ambos do CPP, autoriza a decretação da prisão preventiva para garantir a execução das referidas medidas.

Aliás, o Pretório Excelso e o augusto STJ têm entendido que a verificação do descumprimento das medidas cautelares impostas por força do dispositivo do art.319, do CPP, é fundamento idôneo a sustentar a prisão cautelar, ao contrário do que aduz o impetrante.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente